

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A NECESSIDADE DE UMA FORMAÇÃO DE QUALIDADE PARA OS PROFESSORES

INCLUSIVE EDUCATION AND THE NEED FOR QUALITY TRAINING FOR TEACHERS

Katia Maria de Aguiar Freitas¹ Maria Durciane Oliveira Brito²
Sheila dos Santos Brazil³

RESUMO: O presente estudo faz uma importante reflexão sobre a necessidade de formação para professores, enfatizando as práticas docentes como ações mediadoras. Desse modo, o objetivo geral da investigação foi identificar a importância da formação de professores para atuarem na escola inclusiva. Os objetivos específicos buscaram compreender como a formação contínua pode beneficiar a ação docente, entender as possibilidades teórico-práticas trazidas pela qualidade da formação recebida pelos docentes. A metodologia usada na realização do estudo foi a pesquisa bibliográfica, que permitiu usar livros e artigos sobre o assunto para responder as questões investigativas. Para tanto, a mesma justifica-se por promover uma discussão relevante sobre a qualidade da formação de professores que atuam na escola inclusiva. Foi possível identificar que a qualidade da formação recebida por professores pode contribuir com a melhoria do processo inclusivo, principalmente por a formação contínua ser uma forma de conhecerem novos métodos, práticas que assista o docente para que tenha resultados exitosos com seus alunos.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Formação de Qualidade. Mediação.

ABSTRACT: This study makes an important reflection on the need for training for teachers, emphasizing teaching practices as mediating actions. Thus, the general objective of the investigation was to identify the importance of training teachers to work in inclusive schools. The specific objectives sought to understand how continuous training can benefit teaching action, to understand the theoretical and practical possibilities brought by the quality of training received by teachers. The methodology used in conducting the study was bibliographic research, which allowed the use of books and articles on the subject to answer investigative questions. Therefore, it is justified by promoting a relevant discussion on the quality of the training of teachers who work in the inclusive school. It was possible to identify that the quality of the training received by teachers can contribute to the improvement of the inclusive process, mainly because continuous training is a way of getting to know new methods, practices that assist the teacher to have successful results with his students.

Keywords: School Inclusion. Quality Training. Mediation.

1. INTRODUÇÃO

A formação dos professores é um assunto que vem sendo discutido há muitos anos, inclusive quando se trata da qualidade da formação recebida. Com o surgimento da inclusão escolar, os professores tiveram que, além de buscarem formações contínuas para trabalharem conteúdos e melhorarem suas práticas, atuar em um novo campo, com desafios maiores.

¹ Universidad Tecnológica Intercontinental - UTIC. katiamfreire@gmail.com.

² Universidad Tecnológica Intercontinental - UTIC. durciane@hotmail.com

³ Universidad Tecnológica Intercontinental - UTIC sheilaaabr@hotmail.com

A educação inclusiva é um processo importante e merece todo o cuidado e dedicação por parte de toda a comunidade escolar, por isso, receber uma formação de qualidade é uma das principais formas de tornar a educação inclusiva um processo mais simples, solucionando os problemas e buscando novas alternativas para lidar com as intempéries que surgirem, tanto pelas limitações dos alunos quanto pelas dos professores.

Contudo, o objetivo geral da investigação foi identificar a importância da formação de professores para atuarem na escola inclusiva. Os objetivos específicos buscaram compreender como a formação contínua pode beneficiar a ação docente, entender as possibilidades teórico-práticas trazidas pela qualidade da formação recebida pelos docentes.

A problemática que norteia o estudo se fundamenta na seguinte indagação: quais os desafios enfrentados pelos professores para adquirirem uma formação de qualidade diante do processo inclusivo? Sabe-se que a maioria dos professores brasileiros não recebem uma formação de qualidade e que, muitas vezes, precisam financiar formações complementares para que atuem com um pouco mais de conhecimento diante dos problemas de aprendizagem que os alunos enfrentam.

Dessa forma, a investigação foi construída por meio da pesquisa bibliográfica, onde se usou materiais publicados sobre o assunto, como livros e artigos. A pesquisa bibliográfica possibilita o acesso a fontes riquíssimas de informações, sendo essas capazes de fornecer elementos para contextualizar e responder as questões primeiras desse estudo.

O estudo justifica-se por promover uma discussão relevante sobre a qualidade da formação de professores que atuam na escola inclusiva. Foi possível identificar que a qualidade da formação recebida por professores pode contribuir com a melhoria do processo inclusivo, principalmente por a formação contínua ser uma forma de conhecerem novos métodos, práticas que assista o docente para que tenha resultados exitosos com seus alunos.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

No nosso país a educação inclusiva é conhecida também como educação especial, que teve sua ascendência nos Estados Unidos, “quando a lei pública 94.142, de 1975, resultado dos movimentos sociais de pais e alunos com deficiência, que reivindicavam o acesso de seus filhos com necessidades educacionais especiais” (STAINBAK E STAINBAK, 1999, p.36).

Vale salientar que todos os processos e conquistas da educação inclusiva esteve relacionado a pesquisas, descobertas científicas sobre transtornos globais do desenvolvimento, conscientização da família e comunidade escolar. Nessa conjectura, a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, ressalta que é dever do Estado e da família promovê-la. Tem como finalidade da educação, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a

cidadania e sua qualificação para o trabalho que garante a todos o direito à educação de qualidade (ROGALSKI, 2010).

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes (DOMINGOS, 2005, p. 57 apud SASSAKI, 1998c, p. 8).

Nessa perspectiva inclusão é o mesmo que inserir, ou seja, tornar possível a inserção de pessoas com necessidades educacionais especiais a um ambiente tradicionalmente construído com o objetivo de garantir a educação integral de todos os envolvidos. Tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, quanto na Constituição Brasileira percebemos o incentivo à inclusão:

Na lei de Diretrizes e Bases de 1996: No título III “Do direito à educação e dever de educar”, a LDB diz que o dever do Estado com a educação escolar será efetivado mediante algumas garantias. No seu artigo 4º, inciso III, a lei postula; Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

Na Constituição Brasileira: o inciso III do Art. 208 da Constituição Federal fundamenta a Educação no Brasil e faz constar a obrigatoriedade de um ensino especializado para crianças portadoras de deficiência. Este é o texto: O dever do Estado com educação será efetivado mediante a garantia de: III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

É direito garantido por Lei o acesso de pessoas com deficiência e com demais necessidades educacionais à escola. Esses direitos surgem quando há necessidades de promover acesso dos cidadãos a categorias já estabelecidas ou não pela política social.

A valorização dos direitos pressupõe que a cidadania não é apenas fato e meio, mas sim princípio. A dignidade do homem é sagrada e constitui dever de todas as autoridades do Estado promover medidas de ação significativas, que garantam igualdade real de oportunidades na prevenção à violação dos direitos humanos (DOMINGOS, 2005, p.68).

Dessa maneira, compreende-se que a educação é o principal caminho para se construir cidadania, pois, pode “(...) possibilitar primeiro o igual acesso ao Direito, isto é, o conhecimento do ordenamento jurídico das liberdades públicas por parte de todas as pessoas”, e conseqüentemente, a formação consciente do indivíduo sobre sua existência, dever e desenvolvimento social (DOMINGOS, 2005, p. 68).

De acordo com Mendes (2006), o conceito de inclusão teve origem nas lutas das pessoas com deficiência por acesso à educação. Está embasado na história da Educação Especial

e essa história atravessa um processo de evolução, no qual, após a segregação, chegou-se à integração do indivíduo e por último ao movimento inclusivista.

Segundo Mendes (2006), no movimento integracionista a pessoa com necessidades educativas especiais era conduzida a seguir os padrões da escola comum, ou seja, era adequada à escola. Faziam-se intervenções individuais com a criança, para que esta pudesse acompanhar a escola. Foram abertos espaços na escola regular para a presença desses indivíduos, sendo que estes eram inseridos em salas diferentes. No funcionamento da escola não ocorriam mudanças, ou seja, a integração busca adaptar o indivíduo ao meio, não o meio ao indivíduo. A integração é, portanto, uma prática seletiva, na qual os alunos com deficiência devem se adequar aos parâmetros de normalidade.

Na prática inclusiva não deve haver discriminação. A inclusão prevê a inserção escolar de forma radical, onde todos os alunos devem frequentar as salas de aula do ensino regular. A inclusão questiona as políticas, a organização e a estrutura das escolas regulares e especiais. É característica da inclusão reunir alunos com e sem dificuldades, professores, pais, diretores, funcionários e todas as pessoas que estão envolvidas com a educação, exigindo uma transformação da escola. O seu princípio básico é a valorização da diversidade. Na educação inclusiva são as pessoas sem deficiência que devem aprender a conviver com os deficientes.

2.1. Formação Contínua

A ação docente é um assunto muito discutido nos dias atuais, e isso se deve ao fato do processo de escolarização no país ter passado por diversos percalços, influenciando, sobremaneira, a formação dos professores. Ter uma formação básica não tem sido de longe, suficiente para atuar em sala de aula, por isso existem programas e incentivos para que os professores recebam uma formação contínua.

Nos dias atuais existem muitas discussões sobre a formação dos professores, com especulações se eles possuem todos os conhecimentos e se esses são suficientes para a sua prática em função da prática que desenvolve na sala de aula. Levando em consideração que a formação recebida por esses professores deve ser parte de sua realidade, e tratando-se das variações que existem de um lugar para outro, essa pode acontecer de forma diferente. Entende-se que a formação contínua do professor é aquela que deve agregar valor, ressignificando olhares e práticas, aprimorando os conhecimentos e aprendendo a lidar com os desafios contemporâneos.

A qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores, do que pela sua formação inicial... A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema educativo: um período de

trabalho ou de estudo no setor econômico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber-fazer (DELORS, 2003, p. 160).

Quando se trata do fazer docente, existem divergências de pensamentos, mas a linha que criou-se para a presente investigação é que o fazer docente para “ser eficaz terá de recorrer a competências pedagógicas muito diversas e a qualidades humanas como autoridade, paciência e humildade [...]” (DELORS, 2003, p. 159). Para que isso aconteça os professores precisam estar motivados, buscando alternativas para ensinar os conteúdos, tornando os desafios que possa enfrentar uma dificuldade passível de solução, lidando com as intempéries de forma mais leve. “O ensino que emancipa é aquele que as informações não são simplesmente repassadas pelo professor, se tornam ressignificadas pelo conhecimento do aluno e do próprio professor” (PONTES, 2018, p.112).

Sobre isso Freire, (2006, p. 43) orienta que “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é a reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. Desse modo, entende-se que os professores precisam quebrar as amarras de um sistema opressor para enxergar as possibilidades de uma formação contínua, que tem em seu bojo alcançar novas competências em uma ação constante de reflexão. O professor, com a formação contínua pode entender se está errando, o que está dando certo, transformando sua prática na medida que for enxergando as alternativas apresentadas na formação contínua.

A docência, portanto, é uma atividade complexa porque a realidade na qual o professor atua é dinâmica, conflituosa, imprevisível e apresenta problemas singulares que, portanto exigem soluções particulares. Exige mobilizações de saberes para o cumprimento do objetivo de educar que é: o desenvolvimento das diferentes capacidades – cognitivas, afetivas, físicas, éticas, estéticas, de inserção social e de relação interpessoal – dos educandos, que se efetiva pela construção de conhecimentos (PEREIRA, 2011, p. 69).

O mesmo profissional que pode vivenciar a motivação por fazer parte do desenvolvimento do seu trabalho é o mesmo que muitas vezes é deixado a margem, por não ter um reconhecimento pela valiosa prática que exerce. Seja por parte do governo, da família ou da sociedade em geral. O professor também precisa ser reconhecido como um dos principais instrumentos da educação, pois ele é facilitador do saber e tem o papel de direcionar os alunos a descobrirem o melhor de si, além de serem imprescindíveis no processo de construção da identidade. Dessa forma, o professor contribui diretamente como agente transformador da ascensão social. Para tanto, receber uma formação contínua, que não precise ocupar seus poucos

espaços de lazer, e não seja custeada do seu próprio salário, pode ser uma forma, ainda que tímida de valorização.

Consideramos, pois, os professores, agentes multiplicadores do saber, e incitar, discutir essa temática podem ser uma forma de contribuir para o progresso do contexto educacional local e brasileiro, pois refletindo e trazendo a problemática à tona, estamos cooperando igualmente para a melhoria da qualidade de vida no espaço escolar, familiar e social. Entende-se que a formação contínua, dada sua relevância possibilita trocas de conhecimentos através das relações que se estabelecem no ambiente escolar, ela possui seus encantos, e apesar dos desafios, torna-se fascinante e enigmática. Os professores são as principais referências para influenciar positivamente o processo de ensino, e precisam aprender sempre mais.

Existe uma grandeza no ato educativo que nem sempre pode ser facilmente percebido, pois muitas vezes os professores são responsabilizados por outros problemas que estão de competência de outras instituições sociais, como a família, por exemplo. O papel que o professor exerce diante do processo de formação do indivíduo é muito importante, uma vez que esse, quando consciente da sua prática, consegue educar para além do simples processo de ensino, mas para a vida.

A formação contínua de professores não só é necessária como indispensável, pois através dela o professor pode contemplar outros caminhos do processo ensino-aprendizagem que contribua para o desenvolvimento de sua prática em sala de aula. Cabe pontuar que municípios e órgãos responsáveis devem, não apenas incentivar, como criar possibilidades para que o professor possa receber de forma digna e respeitosa uma formação que atenda as necessidades pessoais e de seus alunos.

2.2. A qualidade da formação e o professor mediador

A educação, bem como, a ação docente, contribui para o desenvolvimento do sujeito pensante, daquele que se liberta, porém, isso só possível quando o educador entende que precisa aprender a ensinar. Este precisa se auto avaliar, verificar se sua prática é conivente com as expectativas dos educandos e trabalhar para além da remuneração, é preciso ter apreço e zelo pelo que faz (FREIRE, 1979).

De acordo com Kramer (1989) os alunos são seres sociais que precisam ser levados em conta, além das peculiaridades e diferenças que cada um expõem. Então, se o ensino tem por finalidade a característica de assimilação através da transmissão dos conteúdos, todavia, o trabalho do professor precisa estar voltado a estimular e propiciar meios possíveis para a aprendizagem significativa do aluno (LIBÂNEO, 1994).

Nessa perspectiva, pode-se entender que o professor é um agente de transformação, pois possibilita uma mediação entre o conhecimento historicamente construído e o educando. Desse modo, Libâneo (1994, p.88) revela que “o trabalho docente é atividade que dá unidade ao binômio ensino-aprendizagem, pelo processo de transmissão-assimilação ativa de conhecimentos, realizando a tarefa de mediação na relação cognitiva entre o aluno e as matérias de estudo”.

Formar indivíduos ativos e pensantes não é uma tarefa fácil para o professor, no entanto, através da ação pedagógica isso é possível. Embora essa ação deva ser pensada e planejada, precisa ser desenvolvida com cautela, persistência e paciência, pois tudo o que envolve ensino-aprendizagem requer um tempo de espera oportuno.

Cada aluno possui seu tempo de aprendizagem e o professor precisa estar atento para auxiliar e possibilitar novas alternativas para se chegar ao entendimento do que foi teoricamente ensinado. “Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação” (SAVIANI, 2003, p. 73). Através de sua fala, Orrú (2012, p. 160) destaca que:

O educar propicia o trilhar e o construir de um processo que vai sofrendo transformações intensas até constituir suas características peculiares, considerando o contexto e a individualidade de cada um. É por meio desse processo, em que se encontram presentes as relações sociais, a linguagem e a mediação, que o professor descobre e constrói alternativas de trabalho que podem ser exploradas para o ensino e a educação de seu aluno.

A importância do professor mediador no acesso de crianças portadoras de necessidades educacionais na escola é ainda maior. O trabalho com essas crianças exige, antes de tudo, um ambiente afetivo. O afeto tem valor primordial para que o aluno supere suas dificuldades e avance no seu desenvolvimento. Os vínculos afetivos que são construídos pelas crianças, tanto nas relações familiares quanto no ambiente escolar, assumem grande importância na sua aprendizagem.

A demonstração de afeto é uma das ações que motivam as crianças a interagirem e as fazem sentir prazer em participar das atividades que são propostas. Ao receber uma criança com deficiência no ambiente escolar, é necessário transmitir-lhe segurança para que compreenda que esse ambiente lhe dará instrumentos para a aquisição de novas habilidades.

Ramos (2010, p. 22) afirma que

Sendo a escola atualmente o mais importante vetor na educação de crianças e jovens [...] seu papel passa a não ser somente o de informar, mas também, em grande parte, o de responsabilizar-se pela construção e modificação de valores socioafetivos.

É compreensível que o início do trabalho com alunos que possuem uma maneira de aprender diferente dos demais geralmente traz momentos de muita insegurança e sensação de incapacidade ao profissional. São muitos desafios, dúvidas e incertezas. Com o passar do tempo, o partilhar de experiências com outros professores, ao passo que vão conhecendo seus alunos no dia a dia, esses profissionais vão adquirindo confiança. É preciso aproveitar as atitudes da criança, sabendo transformar cada momento em oportunidade de conhecimento, mesmo que este venha de forma lenta, considerando que o mais importante na educação é o processo de aprendizagem.

Com base no exposto, considera-se, através dos estudos realizados que um dos fatores essenciais para auxiliar a criança em processo de formação intelectual é o afeto, ou seja, a forma como é recebida e ensinada, a mediação. Isto até pode parecer contraditório, mas, embora apresentem dificuldades em manter vínculos de afeto, quando encontra um ambiente afetivo, o desenvolvimento dessas crianças torna-se mais fácil, porque elas se sentem mais seguras. Nesse sentido, os professores precisam direcionar as emoções dos alunos às suas experiências de aprendizagem.

Valorizar o professor em seu processo de formação é crucial, principalmente no que tange ao estímulo de desenvolver habilidades para lidar com as dificuldades de aprendizagem dos alunos, com a desvalorização docente, os desafios de falta de estruturas da escola e das organizações que a governa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo problematizou uma importante questão que foi sobre a qualidade da formação docente no Brasil. Á principio é indispensável lembrar que o sistema educativo do país, passou ao longo dos anos por inúmeras transformações, de certa forma, estas aconteceram de maneira atrasada ou fragmentada, mas não se pode negar que ocorreram, e os principais, principais agentes do processo direto tiveram que se adequar, buscar informações e se integrar aos novos métodos e práticas que surgiam com o passar do tempo.

Apesar de das mudanças que não deram certo, o sistema educacional resistiu, foi se consolidando através de práticas, achados, práticas exitosas, fracassos. Os professores sempre estiveram no meio desse processo, conhecidos como os agentes da transformação. Infelizmente, apesar de serem tão relevantes, não recebem o reconhecimento que merecem. Mesmo assim encaram as dificuldades da escola e as demandas sociais que a acompanham.

Com o incremento da inclusão no sistema de escolar, muitos professores se sentiram perdidos, deslocados, despreparados e confusos, o que é normal, visto que eles já tinham que

atuar em uma realidade e em situação não tão confortáveis. O processo inclusivo adentou os muros das escolas sem que antes os professores fossem preparados, mas foi necessário, até por que não existia cartilha ou receita pronta, e o processo inclusivo se concretiza no ato de inserir.

Foram longos anos para que práticas e ações fossem conhecidas, que os docentes pudessem compartilhar suas experiências com outros professores, a comunidade científica pesquisava e publicava tudo para contribuir com as práticas escolares voltadas para a inclusão. Em muitas cidades brasileiras os professores receberam formações aligeiradas, e claro que essas não são suficientes.

Por isso, a maior parte dos professores buscam formação continuadas, onde precisam pagar do próprio bolso para obter informações. Por enquanto, essas são as formações consideradas de qualidade, como um curso de extensão que possibilita o acesso a informações e métodos para atuar com diferentes deficiências, o curso de pós-graduação e eventos acadêmicos.

O Estado e os órgãos responsáveis ainda precisam, e muito, contribuir para que o professor receba uma formação de qualidade sem que precise custear do próprio salário, que já é precário. Os professores merecem e precisam de mais apoio, e o principal deles é o reconhecimento da sua função na escola, ser um mediador de práticas e conhecimentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI N.º 10.098 de 23 de março de 1994**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10098.pdf>. Acesso em 28 out. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 28 Out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejalei9394.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 28 Out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejalei9394.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

CUNHA, N. H. S; CASTRO, I. M. R. **SIDEP: Sistema de estimulação pré-escolar**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981, P.10.

DEIMLING, Natália Neves Macedo; MOSCARDINI, Saulo Fantato. **Inclusão escolar**: política, marcos históricos, avanços e desafios. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasdaEducacao/RevistaEletronica/inclusao-escolar-politicama-hist-ava-des-pag-3-a-21.pdf>. Acesso em: 05/09/2018.

DOMINGOS, Marisa Aparecida. **A escola como espaço de inclusão**: sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais – Belo Horizonte, 2005.

FIGUEIREDO, R.V. **Políticas de Inclusão**: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, D. E. G. e SOUZA, V.C. (orgs.) Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FREIRE, P. **A Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: “Paz e Terra”, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos Araújo. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, C.; REY, F. L. G. **Inclusão escolar**: representações compartilhadas de profissionais da educação acerca da inclusão escolar. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 27, n. 3, p. 406-417, set. 2007.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 1995.

KRAMER, S. **Com a pré-escola nas mãos**: uma proposta curricular. São Paulo: Ática, 1989.

LIBÂNEO, J. C. Didática. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1994. SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 36. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

PONTES, Edel Alexandre Silva. O ATO DE ENSINAR DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA. *Ensaios Pedagógicos*, v. 2, n. 2, p. 109-115, 2018.

RAMOS, Rossana. **Passos para a inclusão do professor**. 5 ed. revista e atualizada – São Paulo: Cortez, 2010.